



A LIGA SOCIAL CONTRA OS MOCAMBOS: O PROJETO POLÍTICO-SEGREGACIONAL DE AGAMENON MAGALHÃES E O DIAGNÓSTICO TÉCNICO-HUMANISTA DE ANTÔNIO BEZERRA BALTAR

Fabio Murilo Silva De Barros

Licenciando Em História-Unicap

murilo.barros.iasd@outlook.com

RESUMO: Este artigo analisa a configuração do campo urbanístico recifense durante o Estado Novo (1937-1945), focalizando a tensão dialética entre o projeto higienista de erradicação, promovido pela “Liga Social Contra os Mocambos” sob a égide do interventor Agamenon Magalhães, e a emergência do urbanismo social de Antônio Bezerra Baltar. Fundamentado na sociologia de Pierre Bourdieu — mobilizando as categorias de campo, habitus e violência simbólica —, o estudo investiga primeiramente o papel da imprensa, especificamente do Diário de Pernambuco, na construção de um imaginário que patologizava a habitação popular como “lepra” e espetacularizava a miséria através de campanhas como o “Concurso de Mocambos” (1939). Em um segundo momento, discute-se o impasse gerado pela resistência culturalista de Gilberto Freyre, cuja defesa estética do mocambo falhava em endereçar a questão fundiária. O núcleo da análise recai sobre a atuação de Baltar à frente do Serviço de Mocambos, demonstrando como seu habitus híbrido — forjado na singular intersecção entre a técnica engenheiral, a leitura estrutural marxista e a ética do catolicismo social — permitiu a formulação de um diagnóstico censitário que redefiniu o mocambo de problema sanitário para consequência da exclusão econômica. A pesquisa culmina na investigação da práxis dos “Parques Proletários” (notadamente em Afogados e na Matinha), iniciativas que, através da produção de aterros e da implementação da “casa-embrião” de alvenaria, romperam tanto com o regionalismo freyreano quanto com o punitivismo estatal, inaugurando a habitação como dever público e direito social na capital pernambucana.

Palavras-chave: História Urbana do Recife; Antônio Bezerra Baltar; Mocambos; Violência Simbólica; Habitação Social; Pierre Bourdieu.

INTRODUÇÃO

O Campo Urbano do Recife e a Disputa pela Verdade do Mocambo

A configuração socioespacial do Recife nas primeiras décadas do século XX apresenta-se como um palimpsesto de exclusões herdadas e crises sobrepostas. A cidade, entrecortada por uma geografia anfíbia de rios, ilhas e manguezais, tornou-se, no pós-1930, o receptáculo final de uma massa de ex-escravizados e trabalhadores rurais despossuídos. Esse contingente populacional, expulso do campo pela “usinização” da Zona da Mata e pelas secas cíclicas do Sertão, encontrou na capital pernambucana um mercado de terras rígido, onde o “chão firme” era monopólio de uma elite agrária e comercial. Restou-lhes, portanto, a ocupação das áreas alagadas, destituídas de valor de troca imobiliária, mas fundamentais para a reprodução biológica da vida.

Nesse cenário, o mocambo — habitação vernácula de palha e madeira erguida sobre a lama — transcendeu sua condição de tipologia habitacional precária para converter-se no “nó górdio” do debate público. Durante o Estado Novo (1937-1945), sob a intervenção federal de Agamenon Magalhães, o Recife tornou-se palco de uma disputa acirrada sobre o destino dessas moradias. Contudo, reduzir esse conflito a uma questão meramente administrativa ou sanitária seria uma simplificação grosseira. Este artigo propõe analisar tal conjuntura como uma luta estrutural no campo do urbanismo, utilizando as categorias analíticas da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu.

Entende-se aqui o urbanismo não como uma ciência neutra de ordenamento do espaço, mas como um campo de forças: um espaço social de conflito onde agentes dotados de diferentes capitais (político, cultural, técnico e simbólico) lutam pela legitimidade de impor sua visão de mundo — e de cidade — como a oficial. A “questão do mocambo” não era apenas sobre onde os pobres iriam morar, mas sobre quem detinha o poder de definir o que era “civilização” e o que era “barbárie” na modernidade recifense.

A problemática central que guia esta investigação busca responder: de que maneira o diagnóstico técnico-humanista de Antônio Bezerra Baltar, operando de dentro da máquina estatal como diretor do Serviço de Mocambos, conseguiu tensionar e reconfigurar a doxa vigente? Até então, o debate polarizava-se entre duas correntes: de um lado, o higienismo repressivo do governo e da imprensa, que via o mocambo como “lepra” a ser extirpada; de outro, o regionalismo culturalista de Gilberto Freyre, que defendia a preservação estética da palafita.

A hipótese aqui sustentada é a de que Baltar, munido de um *habitus* híbrido — forjado na intersecção singular entre a racionalidade da engenharia, a análise estrutural do marxismo e a ética da Doutrina Social da Igreja —, rompeu com essa dicotomia. Ele deslocou o problema da esfera policial-sanitária (higienismo) e da esfera antropológica (regionalismo) para situá-lo na esfera da justiça social e da responsabilidade estatal.

Para sustentar essa argumentação, adota-se uma metodologia histórico-documental com ênfase na análise de fontes periódicas. O *Diário de Pernambuco* é esquadrihado não apenas como fonte de informação, mas como um agente de violência simbólica, fundamental na construção do estigma contra o morador dos mocambos. Através da análise de suas manchetes e campanhas, como o “Concurso de Mocambos” de 1939, e do contraponto com os relatórios técnicos e a prática dos “Parques Proletários” de Baltar, este artigo busca iluminar um momento decisivo da história urbana brasileira: o instante em que a habitação popular deixou de ser tratada como caso de polícia para tornar-se, ainda que brevemente, uma política de Estado voltada para a dignidade humana.

1 A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO INIMIGO: A IMPRENSA E A “GUERRA AOS MOCAMBOS”

Para compreender a profundidade da intervenção urbana promovida pelo Estado Novo em Pernambuco, é imperativo analisar a arena onde a legitimidade dessa intervenção foi forjada: as páginas dos jornais. Utilizando a metodologia de análise de fontes periódicas, focamos no *Diário de Pernambuco* — o periódico mais antigo em circulação na América Latina e porta-voz oficioso das elites locais — como o principal veículo de propagação do discurso oficial. Neste contexto, a imprensa não atuou como mera observadora ou relatora factual da realidade urbana, mas como um agente ativo no campo, exercendo o que Pierre Bourdieu denomina de violência simbólica: o poder de impor significações como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força.

1.1. O APARELHO DISCURSIVO DA “LIGA SOCIAL”

A narrativa construída nas páginas do periódico, especialmente no triênio crítico de 1938 a 1940, operou em total alinhamento com a “Liga Social Contra os Mocambos”. Esta iniciativa, capitaneada pelo interventor federal Agamenon Magalhães, transcendia a natureza de um programa de governo; ela se apresentava como uma cruzada moral e cívica. O *Diário de Pernambuco* funcionou, portanto, como a caixa de ressonância dessa cruzada, mobilizando

capitais políticos e midiáticos para criar um consenso em torno da necessidade de erradicação das habitações populares.

A análise semântica das manchetes, crônicas e notas publicadas no período revela a construção deliberada de um vocabulário clínico-patológico. O mocambo raramente era descrito como “casa” ou “habitação”. Invariavelmente, os termos empregados eram “lepra”, “chaga”, “quisto”, “vergonha” e “foco de infecção”. Essa retórica higienista cumpria uma função tática precisa: a patologização do espaço urbano. Ao equiparar o mocambo a uma doença, a imprensa desumanizava seus moradores e retirava a questão da esfera do direito à moradia, deslocando-a para a esfera da saúde pública e da “cirurgia” urbana. Se o mocambo é um câncer, a única ação lógica e moralmente aceitável é a sua extirpação violenta, justificando-se, assim, as demolições sumárias perante a opinião pública de classe média.

1.2.A ESTÉTICA DA DEGRADAÇÃO E O SILENCIAMENTO ECONÔMICO

Além da patologização, o discurso jornalístico operava uma perversa associação entre a precariedade arquitetônica e a degradação moral. As reportagens frequentemente descreviam os interiores dos mocambos não apenas como pobres, mas como locais de “promiscuidade”, “vício” e “vadiagem”. Criava-se uma relação de causalidade direta onde a lama do mangue era vista como a origem da “lama moral” do indivíduo.

Este mecanismo discursivo servia para ocultar as determinações econômicas da pobreza. Ao focar na “sujeira” e na “feiura” do mocambo, o Diário de Pernambuco silenciava as causas estruturais — o latifúndio, a usinização, os baixos salários e a ausência de política habitacional — que forçavam a força de trabalho da cidade a viver naquelas condições. O morador do mocambo era retratado como o “outro” indesejável, o inimigo da modernidade recifense, e não como a vítima de um sistema econômico excludente. A “Guerra aos Mocambos”, portanto, foi vendida como uma guerra contra a sujeira, quando, na verdade, era uma guerra contra a visibilidade da pobreza.

1.3.O “CONCURSO DE MOCAMBOS”: O ESPETÁCULO DA MISÉRIA (1939)

O ápice dessa estratégia de estigmatização e violência simbólica ocorreu em 1939, com a promoção do famigerado “Concurso de Mocambos”. Em uma ação de marketing jornalístico sem precedentes, o Diário de Pernambuco convocou seus leitores e a própria população pobre a enviarem fotografias das habitações mais “sórdidas”, “anti-higiênicas” e “miseráveis” da capital. O regulamento prometia premiações em dinheiro para aqueles que conseguissem capturar a imagem mais impactante da degradação humana.

A análise dessa campanha revela a transformação da miséria extrema em objeto de consumo visual e entretenimento. O concurso operou uma inversão axiológica: enquanto competições tradicionais premiam a beleza ou a excelência, o jornal premiava a abjeção. As fotografias publicadas, muitas vezes acompanhadas de legendas jocosas ou alarmistas, serviam para chocar a sensibilidade burguesa e reforçar o pânico moral.

Mais do que isso, o “Concurso de Mocambos” legitimou, através da suposta objetividade da fotografia, a tese de que aquelas moradias eram inabitáveis e, portanto, deveriam desaparecer. Ao transformar o drama social em espetáculo, o jornal retirou a dignidade dos sujeitos fotografados, associando-os como componentes da paisagem insalubre. Essa campanha preparou, de forma definitiva, o “terreno simbólico” para a intervenção estatal. Quando as picaretas da prefeitura começaram a derrubar os barracos para dar lugar aos aterros, a opinião pública já havia sido convencida, via imprensa, de que aquilo não era uma violência contra famílias, mas um ato de saneamento necessário contra um inimigo comum.

2 O CAMPO INTELECTUAL E A TENSÃO COM O REGIONALISMO: A RESISTÊNCIA CULTURALISTA

Enquanto a aliança entre a imprensa e o governo operava na chave do higienismo repressivo e da patologização, o campo intelectual recifense apresentava uma resistência conceitual significativa, protagonizada pela intelligentsia regionalista. A figura central dessa disputa foi o sociólogo Gilberto Freyre, que, munido de um elevado capital cultural e prestígio internacional, posicionou-se contra a corrente hegemônica de erradicação sumária. A publicação de *Mocambos do Nordeste* (1937), encomendada paradoxalmente pelo Ministério da Educação e Saúde, funcionou como um manifesto de defesa da arquitetura popular, introduzindo uma dissonância na narrativa oficial do Estado Novo.

2.1. O MOCAMBO COMO SOLUÇÃO ECOLÓGICA E IDENTITÁRIA

A intervenção de Freyre no campo urbanístico deslocou o debate da moralidade para a antropologia e a ecologia. Para o autor de *Casa-Grande & Senzala*, o mocambo não deveria ser lido como um índice de atraso, mas como uma solução vernacular genial, adaptada às condições climáticas e geográficas dos trópicos. Freyre argumentava que a palha da bananeira e o coqueiro ofereciam um conforto térmico superior às telhas de zinco e aos tijolos das construções “civilizadas”. Ao valorizar a técnica construtiva herdada de indígenas e africanos, ele conferia ao mocambo um estatuto de patrimônio cultural, desafiando a visão do *Diário de Pernambuco* que via ali apenas “sujeira”.

Sua proposta política, derivada dessa leitura, era a do “mocambo higienizado”. Freyre não defendia a insalubridade, mas a preservação da forma. Ele advogava que o Estado deveria intervir apenas para levar saneamento e melhorias pontuais, mantendo a tipologia original e a localização ribeirinha das comunidades. Essa postura representava uma defesa romântica do modo de vida popular, tentando proteger a estética da paisagem recifense contra a padronização modernizadora.

2.2. AS LIMITAÇÕES DA VISÃO CULTURALISTA E O VÁCUO POLÍTICO

No entanto, a análise bourdieusiana revela as limitações estruturais da posição de Freyre. A disputa entre o higienismo oficial (erradicação total) e o regionalismo freyreano (preservação cultural) criou uma dicotomia que, embora ruidosa, falhava em endereçar o cerne da questão: a posse da terra e a exploração econômica.

Ao focar na forma da casa e na adaptação ecológica, o discurso regionalista tendia a naturalizar a pobreza. Havia, na defesa de Freyre, um risco de estetização da miséria, onde a precariedade do material era ressemantizada como “autenticidade cultural”. Sua proposta ignorava que a permanência nos mangues não era uma escolha bucólica dos trabalhadores, mas a única opção permitida pela especulação imobiliária do “chão firme”. Assim, formou-se um impasse no campo: de um lado, o Estado queria destruir o mocambo para “limpar” a cidade; do outro, os intelectuais queriam preservar o mocambo para “salvar” a cultura. Ambos, contudo, negligenciavam a necessidade material de habitação digna e segura como um direito social. É nesse vácuo propositivo, entre a picareta do higienista e a pena do sociólogo, que emerge a figura e a práxis de Antônio Bezerra Baltar.

3 O HABITUS HÍBRIDO DE ANTÔNIO BEZERRA BALTAR: A GÊNESE DO DIAGNÓSTICO ESTRUTURAL

A nomeação de Antônio Bezerra Baltar, em 1938, como o primeiro diretor do recém-criado Serviço de Mocambos, introduziu um agente singular no campo das disputas urbanas do Recife. Para compreender como sua gestão conseguiu romper com a polarização entre higienistas e culturalistas, é necessário dissecar a constituição de seu habitus. Diferente dos atores tradicionais, Baltar portava um sistema de disposições híbrido, forjado na confluência de três vetores fundamentais que, embora aparentemente contraditórios, sintetizaram-se em sua práxis: o capital técnico, a leitura marxista e a ética católica.

3.1. A TRIÁDE DO HABITUS: TÉCNICA, MARXISMO E FÉ

O primeiro vetor era o capital técnico e científico do engenheiro e urbanista. Baltar valorizava a racionalidade, o planejamento e o dado empírico sobre o impressionismo literário ou jornalístico. O segundo vetor era sua formação política influenciada pelo marxismo. Essa lente teórica permitia-lhe enxergar além da aparência física da cidade, compreendendo as relações de produção e a luta de classes que produziam o espaço urbano. Para ele, o mocambo era a superestrutura visível de uma infraestrutura econômica injusta. O terceiro vetor, crucial para sua humanização da técnica, era a Doutrina Social da Igreja. O catolicismo de Baltar não era conservador, mas engajado, enxergando na figura do pobre a imagem de Cristo, o que tornava a dignidade humana um valor inegociável e transformava a justiça social em um imperativo moral.

3.2. O CENSO DE 1939: A ESTATÍSTICA COMO ARMA SIMBÓLICA

Munido desse habitus complexo, Baltar operou um movimento decisivo no campo: a realização do Censo dos Mocambos de 1939. Este levantamento não foi apenas uma coleta de dados burocrática, mas uma estratégia de acumulação de capital informacional para desarmar as narrativas vigentes.

O censo revelou uma realidade acachapante: cerca de 60% das edificações do Recife eram mocambos, abrigando quase metade da população total da cidade. Ao trazer esses números à luz, Baltar provou estatisticamente que o fenômeno não era uma “anomalia marginal” ou um “quisto” que poderia ser extirpado cirurgicamente, como pregava o Diário de Pernambuco. O censo demonstrou que o mocambo era a norma habitacional da classe trabalhadora, a própria realidade material da cidade. Com isso, ele deslegitimou tecnicamente a proposta de erradicação total (pois seria impossível demolir 60% da cidade sem causar um colapso social) e desafiou a romantização culturalista (pois os dados mostravam a insalubridade letal daquelas moradias).

3.3. DIAGNÓSTICO: DA CONSEQUÊNCIA À CAUSA

A grande contribuição intelectual de Baltar foi inverter a lógica causal. Ele compreendeu e publicizou que as raízes do problema não estavam na “preguiça” do morador ou na “cultura” do trópico, mas na estrutura fundiária excludente. Ele identificou o mocambo como a síntese histórica da Abolição inconclusa, que libertou corpos sem dar-lhes terra, e da omissão da Primeira República.

Sua posição no campo, portanto, desafiou a doxa vigente de forma radical. Baltar recusou a “guerra” contra o pobre, pois entendia o morador como vítima de um sistema; mas

também recusou a manutenção da precariedade em nome da tradição, pois sua ética cristã e socialista não aceitava a miséria como paisagem. Para Baltar, a solução não era estética nem policial, mas estrutural: cabia ao Estado intervir no mercado de terras e prover a habitação que o capitalismo periférico negava. O mocambo, em sua visão, não deveria ser nem odiado nem amado, mas superado através da justiça social.

4 A PRÁXIS DO URBANISMO SOCIAL: A GÊNESE E A MATERIALIDADE DOS PARQUES PROLETÁRIOS

A resposta pragmática de Antônio Bezerra Baltar à crise habitacional, fundamentada em seu diagnóstico sociológico e censitário, materializou-se na política dos “Parques Proletários” ou “Parques de Mocambos Saneados”. Essa iniciativa não deve ser compreendida meramente como um programa de obras públicas, mas como a primeira tentativa sistemática do Estado em prover habitação social em larga escala no Recife, antecipando debates sobre a função social da propriedade e o direito à cidade que só ganhariam força na agenda nacional nas décadas seguintes. A práxis de Baltar, neste sentido, operou uma ruptura epistemológica no campo do urbanismo local: deslocou a solução do problema da esfera da repressão policial (higienismo clássico) para a esfera da engenharia social e sanitária.

A metodologia de intervenção, aplicada de forma pioneira nos bairros de Afogados (especificamente na localidade conhecida como Ilha do Rato) e na Matinha (região dos Coelhos), baseava-se em um tripé: a produção de novo solo urbano, a concepção da célula habitacional evolutiva e a integração de equipamentos comunitários.

4.1. A PRODUÇÃO DO SOLO URBANO: ATERROS E SANEAMENTOS

O primeiro desafio enfrentado pelo Serviço de Mocambos foi geográfico e fundiário. Como diagnosticado, a população pobre ocupava os manguezais por serem “não-lugares” econômicos. A intervenção de Baltar, portanto, exigiu uma complexa operação de engenharia hidráulica: o aterro das áreas alagadas. Ao transformar o mangue em terra firme, o Serviço de Mocambos enfrentou a lógica de segregação geográfica que destinava aos despossuídos apenas o domínio das marés.

Essa “produção de chão” possuía um profundo simbolismo político. Diferente das reformas urbanas anteriores, que saneavam o centro para expulsar o pobre, os Parques Proletários saneavam a periferia para fixar o trabalhador. O aterro da Ilha do Rato, amplamente noticiado pelo Diário de Pernambuco como uma “vitória da engenharia sobre a lama”,

representou a conversão de um espaço de risco em um espaço de direito, dotado de arruamento, drenagem e abastecimento de água, infraestruturas até então exclusivas dos bairros burgueses.

4.2. A “CADA-EMBRIÃO” E A RUPTURA COM A ARQUITETURA VERNACULAR

No que tange à tipologia habitacional, a gestão de Baltar rompeu com a defesa regionalista do mocambo de palha e madeira. Influenciado pelo racionalismo construtivo, ele propôs a substituição da palafita insalubre pela “célula habitacional” de alvenaria. O conceito de “casa-embrião” era estratégico: tratava-se de uma unidade mínima (geralmente sala, quarto e cozinha), porém construída com materiais duráveis (tijolo e telha), dotada de instalações sanitárias internas e projetada para permitir a expansão futura.

Essa escolha técnica gerou tensões no campo intelectual, contrapondo-se à estética defendida por Gilberto Freyre. Contudo, para o habitus de Baltar — forjado na intersecção entre a caridade cristã e a análise materialista —, a alvenaria não era uma imposição estética, mas uma necessidade sanitária e moral. A casa de tijolo representava a proteção contra vetores de doenças e, crucialmente, conferia ao morador o status simbólico de cidadão, retirando-o da precariedade provisória do mocambo. A “casa-embrião” reconhecia, ainda, a agência da família trabalhadora, que poderia ampliar sua moradia conforme sua ascensão econômica, diferente dos blocos habitacionais rígidos que seriam populares anos mais tarde.

4.3. O “PARQUE” COMO COMUNIDADE INTEGRADA

Por fim, a denominação “Parque” não era fortuita. O projeto transcendia a mera justaposição de casas, aproximando-se do conceito de “Unidade de Vizinhança”. Influenciado pela Doutrina Social da Igreja, que pregava a solidariedade comunitária, Baltar projetou bairros integrados onde a moradia seria servida por uma rede de equipamentos sociais.

Os projetos originais de Afogados e da Matinha previam — e em parte executaram — a construção de escolas primárias, postos de puericultura, centros sociais e áreas de lazer e esporte. Essa visão holística do urbanismo social buscava atacar as raízes da marginalidade não apenas através do teto, mas através da saúde e da educação. O Diário de Pernambuco, ao cobrir as inaugurações, frequentemente destacava esses equipamentos como símbolos da “benevolência” do Estado Novo, embora, na ótica de Baltar, tratassem-se de instrumentos de justiça distributiva.

Ainda que limitados em sua execução financeira e posteriormente descaracterizados pela densificação desordenada e pela especulação imobiliária, os Parques Proletários estabeleceram um precedente jurídico e político irreversível. Eles consolidaram a tese de que a

habitação popular era um dever do Estado, rompendo com a tradição de caridade aleatória ou de ações punitivas que imperavam na Primeira República. A materialidade desses bairros, que hoje compõem o tecido consolidado do Recife, permanece como o testemunho histórico de um momento em que a técnica e a política se fundiram para tentar redesenhar a geografia social da cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória de Antônio Bezerra Baltar e de sua atuação no Serviço de Mocambos, contraposta ao projeto político-segregacional do Estado Novo em Pernambuco, permite concluir que o urbanismo recifense das décadas de 1930 e 1940 foi, antes de tudo, um campo de batalhas simbólicas. A pesquisa demonstrou que a “Guerra aos Mocambos” não se desenrolou apenas no terreno físico dos manguezais, mas principalmente no terreno discursivo, onde diferentes agentes lutaram pelo poder de impor a definição legítima da cidade e de seus habitantes.

Ficou evidente que a imprensa, capitaneada pelo Diário de Pernambuco, atuou como o braço armado da violência simbólica estatal. Ao promover a patologização do mocambo como “lepra” e a espetacularização da miséria através do “Concurso de Mocambos”, o jornal não apenas refletiu a ideologia higienista de Agamenon Magalhães, mas construiu ativamente o estigma necessário para legitimar a remoção forçada. Essa narrativa hegemônica obscurecia deliberadamente as determinações econômicas da pobreza, transformando a vítima da exclusão fundiária em réu de um crime sanitário.

Por outro lado, a resistência intelectual representada pelo regionalismo de Gilberto Freyre, embora fundamental para a valorização da cultura popular, mostrou-se insuficiente para resolver a materialidade da crise habitacional. A defesa estética e ecológica da palafita, ao ignorar a necessidade premente de posse da terra e de infraestrutura durável, corria o risco de perpetuar a precariedade sob o manto da “tradição”.

É nesse interstício que a figura de Antônio Bezerra Baltar adquire relevância histórica incontornável. A investigação confirmou a hipótese de que foi seu habitus híbrido — capaz de articular a frieza dos números (engenharia), a crítica estrutural (marxismo) e a compaixão ética (catolicismo) — que permitiu a ruptura com a doxa vigente. O Censo de 1939 não foi apenas um levantamento de dados, mas um ato político que desmentiu a tese da “anomalia” e expôs a face estrutural da desigualdade recifense.

A materialização dessa nova visão nos “Parques Proletários” de Afogados e da Matinha, ainda que limitada pelas contradições do regime ditatorial em que estava inserida, inaugurou

um novo paradigma: a habitação como dever do Estado e direito do cidadão. Ao produzir “chão firme” onde havia mangue e ao erguer paredes de alvenaria onde havia palha, Baltar não estava apenas saneando o espaço, estava disputando o direito à cidade.

Em suma, a experiência do Serviço de Mocambos sob a gestão de Baltar demonstra que o planejamento urbano nunca é uma técnica neutra. Ele é sempre o resultado de disputas de poder dentro de um campo social. O legado de Baltar reside, portanto, na comprovação de que é possível, mesmo de dentro do aparelho estatal, utilizar o capital técnico para subverter lógicas de exclusão, transformando a “questão do mocambo” de um problema de polícia e estética em um imperativo de justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005.

BARROS, Liana de. Antônio Bezerra Baltar: a trajetória de um socialista cristão. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CONCURSO de Mocambos. Diário de Pernambuco, Recife, ago. 1939.

FREYRE, Gilberto. Mocambos do Nordeste: algumas notas sobre o ‘tipo’ de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

MOTA, Ana Elizabeth. Guerra aos mocambos: o ‘Concurso de Mocambos’ de 1939 e a espetacularização da miséria no Recife. Interfaces, v. 10, n. 1, p. 115-132, 2018.

PONTUAL, Virgínia. Engenheiros, higienistas e sanitaristas: a modernização do Recife (1900-1940). Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 2, p. 73-89, 2004.

RESENDE, Gisele. Habitação social, uma questão de saúde: o Serviço de Mocambos e a política dos Parques Proletários no Recife (1938-1945). 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.